

PARTICIPAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: história recente dos movimentos populares em Fortaleza

Virginia Márcia Assunção Viana¹

Maria Ercília Mendonça Maia²

RESUMO

O artigo proposto resulta dos projetos Protagonismo Popular e Práticas Emancipatórias: fortalecendo as relações de comunidade em Fortaleza, e, Participação Popular e Práticas Emancipatórias: história recente dos movimentos populares em Fortaleza, aprovados pela PROEX/UECE no período de 2013–2015. Registra a vivência do movimento de moradia em Fortaleza nos anos 2000 como forma de organização coletiva frente às imposições do estado brasileiro e estratégias de lutas políticas do campo e da cidade. Enfatiza a “Ocupação Comuna 17 de Abril” em Fortaleza com MST e MCP em análises sobre movimentos sociais, participação popular, controle social e práticas emancipatórias junto à extensão no PET Saúde, LASSOSS e LAPESS com pesquisas discutidas em grupos de estudos, projetos de iniciação científica, seminários e ciclos de debates. Dessa vivência veio estudos sobre a Pedagogia da Ocupação no doutoramento no PPGE/ UFC e IEUL em Portugal até 2018, e projetos de IC na UECE.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Participação Popular; Controle Social; Práticas Emancipatórias.

ABSTRACT

The proposed article results from the projects Popular Protagonism and Emancipatory Practices: strengthening community relations in Fortaleza, and Popular Participation and Emancipatory Practices: recent history of popular movements in Fortaleza, approved by PROEX/UECE in the period 2013–2015. It registers the experience of the housing movement in Fortaleza in the 2000s as a form of collective organization in the face of the impositions of the Brazilian state and strategies of political struggles in the countryside and in the city. Emphasizes the “Ocupação Comuna 17 de Abril” in Fortaleza with MST and MCP in analyzes on social movements, popular participation, social control and emancipatory practices along with the extension in PET Saúde, LASSOSS and LAPESS with researches discussed in study groups, initiation projects science, seminars and debate cycles. From this experience came studies on Occupational Pedagogy in the doctorate at PPGE/ UFC and IEUL in Portugal until 2018, and CI projects at UECE.

Keywords: Social Movements; Popular participation; Social Control; Emancipatory Practices.

¹ Professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE. virginia.assuncao@uece.br.

² Aluna de Pós-Graduação do Mestrado em serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE – lia.maia@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

A vivência extensionista como professora e pesquisadora na Universidade Estadual do Ceará (UECE), em especial com o projeto *Participação Popular e Práticas Emancipatórias: história recente dos movimentos populares em Fortaleza* fez-nos propor este artigo, que perpassa o tema do diálogo entre a universidade e a sociedade, em especial das classes populares do seu entorno, articulando movimentos sociais e grupos organizados. Assim, entendemos termos alcançado à época de 2013–2015 com o objetivo de contribuir com o processo permanente de formação política e de fortalecimento das experiências de participação popular como práticas emancipatórias junto à comunidade das famílias da “Ocupação Comuna 17 de Abril”, articulada pelos Movimentos dos Conselhos Populares (MCP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Unidade Classista. A partir desta experiência extensionista, que enraizou a convivência no território do “Residencial Cidade Jardim Fortaleza” com as famílias da comunidade, continuamos com projetos de iniciação científica sobre as condições de acesso às políticas públicas e aos direitos no contexto da pandemia do COVID-19, e temos fomentado as discussões e debates nos espaços e eventos acadêmicos.

A oportunidade de saberes construídos a partir da extensão universitária com a possibilidade de adentrar na realidade em suas múltiplas determinações e desconstruir pré-noções e preconceitos, por vezes, tão definidos como verdades apriorísticas, faz-nos entender mais sobre as contradições da vida no contexto desigual do capitalismo e as estratégias coletivas e necessárias ao seu enfrentamento com o aporte e tessitura do conhecimento científico e popular. Assim, a aproximação com o território da “Ocupação Comuna 17 de Abril” em Fortaleza e o debate sobre a participação popular, acontecem a partir do processo de mobilização e campanhas de estudantes da UECE que foram problematizadas em sala de aula, seminários, laboratórios de estudos e impulsionaram pesquisas e projetos de extensão em diversos cursos.

No Curso de Serviço Social da UECE no tempo que se desenvolvia o processo de organização das famílias durante a Ocupação e na expectativa da conquista das casas - entre estratégias políticas, momentos formativos, de educação de jovens e adultos, avaliações amplas dos movimentos populares entre si e com a comunidade - fomos entendendo a riqueza desta construção social organizativa da “Ocupação Comuna 17 de Abril” em Fortaleza, que nos impulsionava a desvelar, aprender e participar deste momento ímpar para os movimentos populares em luta por moradia. Por isso, a cada ano de 2013 a 2015 íamos propondo projetos voltados à compreensão da existência e organização social da “Ocupação Comuna 17 de Abril”

e conquista do “Residencial Cidade Jardim Fortaleza”. No que se refere à extensão, propusemos em sequência os projetos *Protagonismo Popular e Práticas Emancipatórias: fortalecendo as relações de comunidade em Fortaleza* e, *Participação Popular e Práticas Emancipatórias: história recente dos movimentos populares em Fortaleza*, através dos Laboratórios de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS) e de Seguridade Social (LASSOSS).

Vale destacar que tivemos como contrapartida da UECE a liberação de uma aluna-bolsista para acompanhar as atividades e a carga horária de trabalho como pesquisadora-docente. Ao longo das atividades dos projetos, tivemos quatro bolsistas que contribuíram nas atividades, além dos grupos de estudos formados, que alcançaram em média dez estudantes. A proposta fundante dos projetos de extensão foi possibilitar a articulação com as quatrocentas famílias que, a partir de 2013, já não estavam mais no território da Ocupação, tanto em virtude das ameaças dirigidas à militância dos movimentos, supostamente por parte de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, quanto pela necessidade de liberação de uma parcela do terreno para o início do canteiro de obras do Residencial. O projeto de extensão mobilizou e articulou audiências públicas com a “Construtora Fujita”, responsável pelas obras, a “Secretaria das Cidades”, a “Caixa Econômica Federal” e “Ministério Público do Ceará” na mediação e diálogo com as famílias. No ciclo de debates tivemos encontros mensais nos auditórios do Campus Itaperi, tendo a presença das famílias que, naquele momento, moravam em casas de familiares ou de aluguel, ou, ainda, continuavam na Ocupação. Destes encontros foram resgatadas as discussões sobre a organização, a resistência e as lutas em torno do direito e garantia das moradias. As atividades foram tão instigantes, que o projeto continuou com articulação mensal e organização de manifestações públicas nas ruas e audiências públicas para pressionar a entrega das casas, principalmente, em 2013 e 2014, quando foram entregues as casas do “Residencial Cidade Jardim Fortaleza” às diversas famílias que tiveram inscrição e aprovação da “Caixa Econômica Federal”, para inserção no “Programa Minha Casa, Minha Vida”, inclusive às quatrocentas famílias responsáveis pela “Ocupação Comuna 17 de Abril”. A impressão foi de que aqueles momentos coletivos representaram oportunidades de reacender o fio de esperança e confiança de ter o direito à moradia após a saída (temporária) das famílias da Ocupação.

A motivação dessas atividades extensionistas com os projetos de iniciação científica, *Do Direito à Moradia Popular ao Acesso às Políticas Públicas: movimentos sociais e necessidades básicas dos/as moradores no Residencial Cidade Jardim Fortaleza* (2019-2020) e *Moradia Popular, Movimentos Sociais Urbanos e (Re) existência Humana no Residencial Cidade Jardim Fortaleza II* (2020-2021), organizam pesquisas que se complementam entre si

e articulam conhecimentos e vivências dos projetos de extensão, reafirmando que a formação profissional acadêmica impulsionada pelo Ensino, Pesquisa e Extensão constrói conhecimento científico fincado na realidade como presente e futuro. Desta tessitura entre extensão, pesquisa e ensino, construiu-se o caminho de aprofundamento dos estudos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), de 2013 a 2017, com doutoramento intercalar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, tendo como resultado a tese *Pedagogia da Ocupação: formação nas lutas e resistência da Comuna 17 de Abril em Fortaleza*.

As metodologias em que se pautaram os projetos de extensão são fundadas na observação participante e entrevistas coletivas que nos fizeram perceber as motivações para a ocupação do território, as formas de convivência coletiva e seus desafios no contexto das precárias condições de habitabilidade, seja embaixo da lona com muitas famílias juntas ou nos barracos por família, ambas sem estrutura de fornecimento contínuo de água potável e energia, por exemplo.

O período do projeto de extensão aqui enfatizado transcorreu após o tempo de organização e deflagração da ocupação no terreno urbano em Fortaleza, assim, buscamos com moradores, representantes dos movimentos sociais – MST, MCP e Unidade Classista –, o resgate da história da organização das famílias para a ocupação do terreno e acompanhamos as atividades coletivas construídas como formas de enfrentamento à permanência na “Ocupação Comuna 17 de Abril”, reafirmando a memória como forma de resistência aos movimentos sociais do campo e da cidade numa Ocupação com conotações sociais e educativas de formação das famílias e militantes do MST, MCP e Unidade Classista, reveladoras da participação popular como práticas de emancipação, que registramos no decorrer deste artigo.

2 ORGANIZAÇÃO E LUTA DA OCUPAÇÃO COMUNA 17 DE ABRIL EM FORTALEZA

De forma sintética trazemos algumas informações sobre a história da Comuna desde o ano de 2010, quando em Fortaleza, capital do Ceará ocorreu a “Ocupação Comuna 17 de Abril”, que se ergueu como movimento campo e cidade³ no bairro José Walter e foi formada

³ A denominação movimento campo-cidade foi adotada com base nas leituras da pesquisa social, em especial, com Henri Lefebvre (1969, 1999), que traz as referências campo e cidade numa lógica dialética, que muito contribuirá com as análises desse texto e considera o uso “rural-urbano” um fator reducionista das análises, que não conseguem revelar suas contradições e peculiaridades. De Lefebvre os mais citados: *De lo Rural a lo Urbano*, *O Direito à Cidade e a Revolução Urbana*.

inicialmente por quatrocentas famílias. A Comuna confirmou uma evidência sobre a questão da moradia popular: ser uma expressão da questão social na cidade e prioridade de demandas do Orçamento Participativo (OP) e do Plano Diretor Participativo (PDP), em Fortaleza. Esse movimento popular teve força de pressão e barganha, e, em 2014, conquistou o “Residencial Cidade Jardim Fortaleza”, edificado no mesmo local da ocupação.

A história de organização popular que culminou com a Comuna e a conquista do Residencial germinou nos núcleos comunitários de alguns bairros de Fortaleza no início dos anos 2000. Nesse período, despontaram núcleos de organização comunitária que pautaram a discussão da moradia popular com base na articulação no Movimento dos Conselhos Populares (MCP), que existe desde 2004. Este movimento urbano priorizou a luta por moradia na perspectiva de radicalizar os processos de ocupação de terrenos e prédios urbanos improdutivos e abandonados, e a articulação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi se construindo e formando frentes de lutas, tendo em vista que nas periferias de Fortaleza há um grande contingente de famílias que se originam de cidades menores do Estado e já participaram de algum processo de organização camponesa, fator facilitador da articulação entre estes movimentos.

A eleição da Prefeita Luizianne Lins, em 2004, articulou militantes dessas frentes para assumir cargos em secretarias do governo e isto gerou dificuldades com os movimentos populares em torno do papel social destas esferas. Nos primeiros anos da gestão democrático-popular, parte da militância do MCP se articulou na Unidade Classista/do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, ambos, articulados ao MST, em especial pelo fortalecimento da “Ocupação Comuna 17 de Abril”, nas lutas pela reforma agrária e pela moradia popular em defesa do poder popular.

O dia 17 de abril de 2010 foi escolhido pelos núcleos comunitários em Fortaleza para um encontro concomitante na Escola Ambiental do Pio XII e Escola de Ensino Fundamental no Conjunto Palmeiras, e de lá partiram onze ônibus rumo ao local da Ocupação, mas sem conhecimento prévio de qual seria o terreno. O terreno escolhido foi no Sítio São Jorge no bairro José Walter com mais de 500 hectares, caracterizados como gleba (latifúndio, ou seja, vastas terras improdutivas em processo de especulação imobiliária) sob o domínio da família Montenegro, que tem a Construtora e Imobiliária Montenegro como um dos seus negócios em Fortaleza.

Os militantes do MST e da Unidade Classista relataram que ocupar esse território era uma ação temida, pois era frequente a presença de “jagunços” no local, que tinham como função evitar “invasores”. Dessa forma, algumas das famílias desistiram da Ocupação, outras seguiram

derrubando as cercas no local mais próximo à Avenida Perimetral e devastando a mata, que abrigava muitos bichos peçonhentos. Armaram as tendas em formato de “U” para facilitar a proteção do grupo em casos de ameaças e se organizaram coletivamente. Ao mesmo tempo, os movimentos realizaram contatos com as autoridades locais, imprensa, partidos políticos e advogadas/os para tomarem conhecimento da Ocupação e evitarem ações policiais violentas que poderiam, inclusive, responsabilizar o Estado.

A partir desse momento, foram quase três anos de Ocupação e mais de quatro anos para entrar na morada conquistada. As famílias foram subdivididas em polos, onde os/as coordenadores/as, escolhidos pelo coletivo, atuaram junto aos militantes do MST, da Unidade Classista e do MCP. As reuniões diárias foram feitas com chamadas em três horários, momento de escutar, acolher e dar encaminhamentos às necessidades e sugestões das famílias com as decisões coletivas. Do quarto ao quinto mês na ocupação as famílias mudaram das tendas para os próprios barracos e se mantiveram organizadas em cinco polos, enquanto aguardavam a decisão dos governos em resposta às manifestações e protestos desencadeados. Nos polos havia a organização das famílias em núcleos, e dos núcleos se formaram as equipes de coordenadores/as dos polos entre moradores-militantes.

A escolha do nome para a ocupação diz da peculiaridade e força deste coletivo, “Comuna 17 de Abril”, que vem em memória ao acontecimento histórico do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, na região Norte do Brasil, em 17 de abril de 1996. Neste episódio sangrento da história recente das lutas populares, 21 trabalhadores e militantes do MST foram assassinados numa operação da Polícia Militar daquele Estado, crime até hoje impune, que diz da força, poder e barbárie dos crimes e perseguição à classe trabalhadora camponesa, sejam por latifundiários posseiros e/ou grandes empresas, como a Vale do Rio Doce. A Comuna marca, também, a unidade dos movimentos do campo e da cidade, numa estratégia em defesa da Reforma Agrária em latifúndios rurais e urbanos, sendo o dia 17 de abril o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

A “Ocupação Comuna 17 de Abril”, em Fortaleza, recolocou, também, na história, a rebeldia, a resistência e a organização do socialismo das lutas na França, em especial, com a Comuna de Paris, de março a maio de 1871, mesmo tendo sido um curto governo de autogestão dos trabalhadores, a Comuna conseguiu propor a separação entre Igreja e Estado e providenciou muitas ações em favor da classe trabalhadora.

A perspectiva de intervenção extensionista trouxe como questões fundantes, entender: como permanecer em território urbano ocupado por um tempo prolongado? Quais os caminhos

para permanecer em mobilização e na resistência coletiva? Como, nas diferenças, encontrar meios de convivência coletiva?

Esses caminhos de convivência na Comuna foram perpassados por modos de organização e trabalho coletivo, pois desde o início da ocupação, propuseram atividades políticas, culturais, de produção e de educação, estratégias para manter o grupo coeso e em condições de sobreviver às intempéries e dificuldades próprias de uma ocupação, tais como: a falta e escassez de água, luz, escolas, postos de saúde, a segregação local do bairro, e, ainda, ter a resistência às ameaças policiais e às disputas do tráfico de drogas, que invadiu a Comuna.

Das atividades em grupo, registraram-se a Cooperativa de Costura, o Salão de Beleza Comunitário, a Bodega Vitória Coletiva, a Ciranda de Leitura para crianças e adolescentes e turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As atividades do EJA e de educação com as crianças ocorreram desde os primeiros meses da ocupação através dos militantes do MST e de jovens acadêmicos com a intenção de constituir os espaços da educação popular nos movimentos sociais. Vale destacar a experiência de alfabetização na Comuna por meio do método “Sim, eu posso”⁴, e a ciranda de leitura que revelaram a preocupação do movimento com a formação educativa como ato político, como enfatiza Freire (1986).

Essas iniciativas coletivas de sobrevivência solidária na Ocupação motivaram o nosso acompanhamento às famílias que entendemos terem construído o “inédito viável”, que Paulo Freire destaca, pela capacidade de se verem no outro e buscarem perspectivas coletivas, de forma criativa e, o que parecia inédito, passou a ser construído como possível. Sem nenhuma intenção de sublimar o processo difícil da convivência coletiva em condições precárias, o momento em que as atividades produtivas coletivas alcançaram formas de autogestão e aproximava mais as quatrocentas famílias que quebraram as cercas daquele latifúndio, tivemos a aproximação da UECE com os projetos de extensão pelo LAPESS e LASSOSS.

Contudo, parte do grupo agregado após a ocupação disputou a direção política do MCP, MST e Unidade Classista nas negociações com o governo, ameaçou a permanência das primeiras famílias, saquearam e destruíram os espaços coletivos da produção, e as forçaram a saírem do território como forma de proteção coletiva. Assim, essas famílias decidiram pelo

⁴ O método “Sim, eu posso” criado pela educadora cubana Leonela Relyz, foi operacionalizado pela primeira vez na República Bolivariana da Venezuela e objetiva a eliminação do analfabetismo em curto prazo. O método se baseia na relação do conhecido (números) em direção ao desconhecido (letras), proporcionando, assim, o ensino da leitura e da escrita, e assegura, em poucas semanas, o conhecimento necessário para ascender à educação básica. É composto por um kit com dezessete (17) DVDs e uma cartilha, com sessenta e cinco (65) teleaulas que são ministradas em um período de três meses, mediados por um monitor (professor). No Brasil, o método foi adaptado pelo MST e, após o período das teleaulas o prosseguimento das atividades se dá com a constituição dos Círculos de Cultura, propostos por Paulo Freire.

retorno às casas de familiares e/ou de morar de aluguel, fora da ocupação, até a entrega definitiva das moradias do “Residencial Cidade Jardim Fortaleza”, no final de 2014. Por trás disso, estavam às disputas das facções do tráfico de drogas e armas, principalmente pelo Comando Vermelho (CV) e Guardiões do Estado (GDE) naquele território, entre outros grupos existentes como a Família do Norte (FND) e Primeiro Comando da Capital (PCC), como já acontecia em outros territórios em Fortaleza.

Nesse ínterim, além de termos contribuído com as atividades de extensão no território da Comuna organizamos atividades de formação na UECE, principalmente, nos finais de semana com ciclo de debates e oficinas no auditório central do campus do Itaperi, quando mensalmente fazíamos a acolhida às famílias da ocupação fora do território, mas mobilizadas na luta pela moradia. Passamos a planejar previamente os ciclos de debates com proposta mensal de encontros (até mais de um no mês) e programação político-cultural articulada ao resgate da memória da Comuna; da construção de estratégias de mobilização e resistência coletiva; do acompanhamento às obras e definições de entrega das moradias. Como proposta de formação tivemos os eixos temáticos da: 1. Organização da sociedade capitalista; 2. Moradia e urbanização: a) O solo urbano como mercadoria e b) O desenvolvimento dos problemas sociais no processo de urbanização na segunda metade do século XX (com destaque para Fortaleza); 3. História dos movimentos populares no Brasil: a) História dos movimentos populares no Brasil na segunda metade do século XX (em especial o período pós-ditadura militar); b) História dos movimentos populares em Fortaleza na segunda metade do século XX (em especial o período pós-ditadura militar), e, c) As políticas de democracia participativa e a nova dinâmica dos movimentos populares durante os governos democrático-populares.

Essas atividades extensionistas alcançam mais estudantes da UECE, em geral moradores ou parentes com vida no “anel periférico” (PEQUENO, 2009) de Fortaleza, suscitavam as questões sobre a reforma urbana e interesses dos empresários da construção civil, a questão da moradia popular, as disputas e apropriações da especulação imobiliária, os despejos de moradores das ocupações em Fortaleza e outras capitais, as condições concretas e negociações em torno do projeto e materiais a serem utilizados na construção das moradias e a contratação de profissionais para a execução das obras da Comuna. Nesse momento, pelas reivindicações do movimento, alguns moradores/as que estavam na ocupação foram contratados/as para participar do trabalho junto à “Construtora Fujita”, no trabalho direto como pedreiro ou auxiliar e, também, em atividades administrativas.

Registramos nestes projetos de extensão tardes inexplicáveis de encontros de pessoas que “não fogem à luta” em busca do sonho de ter onde morar, e nele encontraram pessoas

solidárias e amigas na adversidade, com vontade para além da casa própria, com ela o direito à educação, saúde e proteção social, num misto de aprendizagem de “ser mais” (FREIRE, 2011), no processo da organização popular.

3 DISPUTAS E CONQUISTA DO RESIDENCIAL CIDADE JARDIM FORTALEZA I

O ano de 2013, no cenário das lutas das “Jornadas de Junho” no Brasil, e em meio às eleições para prefeitura de Fortaleza e em 2014 para governador do Ceará, sinalizou outras propostas para o território da “Ocupação Comuna 17 de Abril” desde as negociações em 2012, resultado da resistência das famílias da Comuna, com a Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (Gestão municipal de 2005–2008 e 2009–2012) e do Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes (Gestão estadual de 2007–2010 e 2011–2014). A construção das moradias pelo “Programa Minha Casa, Minha Vida”, garantido pela Lei nº 11.977/ 2009 (BRASIL, 2009), de subsídios para moradias de interesse social, surge como “única possibilidade de construção” e foi encaminhada como blocos de apartamentos, e não de construção de casas com espaço para a produção coletiva agroecológica. Dessa forma, as partes envolvidas passaram a ter que definir e pactuar seus contratos e arbitrar em torno dos conflitos da moradia apenas como casa, ou, como casa e espaço de produção.

Outra surpresa no processo foi a instalação do canteiro de obras do “Residencial Cidade Jardim Fortaleza” para construção de mais de cinco mil moradias, não, apenas, para as mil famílias acampadas no bairro José Walter. Posteriormente, onze mil moradias foram negociadas para alcançar famílias despejadas e vindas de outras ocupações da cidade, em virtude das obras de infraestrutura para os megaeventos internacionais da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

A Comuna, além da conquista do território, assegurou a permanência das famílias no mesmo local da ocupação no bairro José Walter, pois a Secretaria das Cidades intencionou construir moradias em território mais periférico e sem infraestrutura adequada, que não foram aceitas pelos movimentos da Comuna.

A organização da Comuna, portanto, foi perpassada de conflitos entre os movimentos sociais, poder público e a “Construtora Fujita” (responsável pelo projeto), e, também, entre os grupos de militantes e forças políticas das famílias que ocuparam o território da Comuna. Até 2012, todos estavam juntos na ocupação e, após o processo da desapropriação ter sido realizado junto à definição da empresa responsável pela construção do residencial, houve uma mudança nas relações entre os moradores, provocada, principalmente, pela interferência do poder público

que induz à criminalização dos movimentos sociais, esgarçando a convivência cotidiana, reforçando divergências políticas internas com pressões externas articuladas à Construtora, Caixa Econômica e a Secretaria das Cidades.

O crescimento das desapropriações e remanejamento de grupos de famílias das ocupações urbanas mais antigas em Fortaleza, principalmente pelas obras dos megaeventos, como parte da “Comunidade Trilhas do Senhor”, na Aldeota, e “Comunidade Aldacir Barbosa”, no bairro de Fátima para o território da Comuna, chamado pelo estado de “Residencial Cidade Jardim Fortaleza”, revela a estratégia política do governo de trazer as divergências e confrontos entre os movimentos da cidade e deles com o MST para o centro da questão. Como revela uma representante do MST, que menciona:

[...] fui pra um bairro na comunidade do trilho que as pessoas nos acusaram (...) que o responsável por eles serem removidos e ir pra lá (Comuna) é o MST (...) aí eu disse (...) a senhora olhou o que tem em volta aqui? Tudo prédio chique (...) o governo tá se aproveitando (...), mas o governo é o culpado e não nós.” (VIANA, 2018, p. 28)

Ressalta-se que as propostas iniciais do movimento organizado foram redefinidas pelas condições concretas do terreno, do número de moradias previstas e das exigências do “Projeto Minha Casa, Minha Vida”, e além da maior conquista da construção das moradias no local da ocupação foram acontecendo outras, como garantir um tamanho de apartamento mais amplo e bem dividido com uso de materiais de melhor qualidade, geralmente não usados na categoria popular do Programa, incluir itens à construção a partir da sugestão dos moradores, tal como armadores para o uso de redes de dormir em quartos e sala, que parecem tão insignificantes, mas têm gosto de conquista e respeito ao modo de viver.

As atividades extensionistas possibilitaram, também, a realização de algumas audiências públicas no Campus do Itaperi, no auditório central, com a Secretaria de Educação, com a Secretaria das Cidades, junto ao Ministério Público no Ceará (MPCE) e Caixa Econômica, que pactuou vagas para encaminhar as crianças a creches, escolas e definiu a distribuição dos blocos entre os moradores com cronograma de execução de atendimentos para orientar e receber os dossiês das famílias no processo de cadastramento e organização até a assinatura dos contratos.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES

A “Ocupação Comuna 17 de Abril” em Fortaleza tem a marca da luta de classes, da resistência de confirmar que trabalhadoras/es tem direito a cidade. O direito à moradia falou mais alto, mas a conquista deste direito de morar foi acrescida da perspectiva de outros ganhos,

do “direito a ter direitos”, do direito à educação, saúde, segurança, produção, trabalho e formação profissionalizante em sintonia com o perfil e as necessidades das famílias da Comuna que permaneceram no horizonte das/os moradores do “Residencial Cidade Jardim I e II”. A exemplo de muitas manifestações e pleitos políticos das lutas articuladas do MST, MCP e Unidade Classista, como no Dia Internacional das Mulheres em 2015 em frente ao Palácio do Governo do Estado, as mulheres enfrentaram as barreiras de isolamento policial e, em comissão, foram recebidas pelos assessores do Governador do Estado e tiveram conquista em suas reivindicações.

Os encontros e desencontros nas relações internas teceram a Comuna e estabeleceram caminhos muitas vezes inesperados, mas aceitáveis no respeito à pluralidade ético-política dos movimentos sociais. A Comuna trouxe isso também como desafios, pois muitas redefinições foram postas no contexto histórico de mobilização política, organização comunitária e de quatro anos de resistência em acampamento com ameaças do tráfico e reconfigurações internas de alianças políticas. Enfim, o tempo se move dialeticamente, pois ora aproxima, ora separa, ora silencia, ora faz “festa”.

De todas as conquistas, a formação humana, política e social foi a mais marcante e se fez no passo a passo da Comuna, antes, durante e depois da ocupação. As mulheres foram (e são) as maiores incentivadoras e participantes dos processos, e os homens que se propõem despontam com firmeza para confirmar a liderança nas lutas, principalmente, de jovens na defesa dos direitos humanos.

A convivência social coletiva foi um diferencial da Comuna em relação à maioria das ocupações urbanas. Um deles tem relação com o processo de educação e formação política na luta, que vai dialogar numa perspectiva transformadora com as estratégias de mobilização, ação e interlocução em rede de movimentos. Do sentido da educação popular com a participação de todos/as da Comuna, dos espaços democráticos das plenárias com as famílias, com grupos organizados democraticamente e com decisão coletiva de representantes, da participação de todos/as nas atividades do cotidiano, do cuidado coletivo com a segurança, alimentação, limpeza, acompanhamento das crianças etc., tal como vivenciado nas formações, nos assentamentos e acampamentos do MST.

Pelo projeto de extensão estivemos presentes na entrega das primeiras unidades e blocos de apartamentos do “Residencial Cidade Jardim I” que ocorreu no primeiro semestre de 2014 e foram destinadas às famílias que continuavam acampadas no terreno. O grupo que iniciou a “Ocupação Comuna 17 de Abril”, com quatrocentas famílias ligadas ao MST, MCP e Unidade Classista, passaram a receber suas moradias desde 05 de dezembro de 2014, depois de um

monitoramento tenso e conflituoso com os órgãos responsáveis pela construção e a legalização dos contratos com os moradores. Isso se deu em virtude das incertezas políticas do cenário das eleições municipais e estaduais, que interferiram nos prazos acordados de construção, andamento das obras e organização da vida comunitária.

Após o recebimento das moradias, delineou-se uma fase de organização comunitária no Residencial, que pressupôs uma formação política continuada, em torno da convivência comunitária, das relações de vizinhança, das lutas para garantia dos direitos e conquistas de infraestrutura adequada às necessidades coletivas e de resistência no dia a dia da Comuna, tal como propôs a Ocupação desde o seu início, e, hoje, continua como grande desafio.

O movimento campo e cidade, com a “Ocupação Comuna 17 de Abril” num território urbano em Fortaleza, buscaram “formas próprias de fazer” e vivenciar “um saber social”, tão característico das áreas de assentamento do MST no Ceará, principalmente em virtude da migração do campo/cidade e das comunidades urbanas com raízes campesinas, tão evidentes num depoimento de representante do MST: “[...] o inimigo é comum (...) ele tá cada vez mais alimentando uma ideologia de que o jovem, o lugar dele não é no campo (...) é na cidade (...) (...) não existe uma migração... existe uma deportação do campo pra cidade (...)” (VIANA, 2018, p. 30).

Tal fala reafirma as contradições da realidade num movimento dialético, que desnuda a luta de classes e reacende o processo da luta pela conquista dos territórios ocupados, somados a outros conflitos e ambiguidades que continuam desafiando os movimentos sociais e populares na luta pela garantia dos direitos e contra as formas de opressão à classe trabalhadora, tão evidentes nas estatísticas de pobreza, de crimes e mortes de negras/os, sem-terras, sem-tetos, como um sinalizador à necessidade de articulação universidade, movimentos sociais e sociedade para seguirmos com a pesquisa e extensão desvendando a realidade dos processos de sociabilidade construídos numa conjuntura neoliberal do sistema capitalista, que vincula o estado à defesa da classe dominante através das privatizações do patrimônio público, na terceirização/privatização dos serviços públicos, precarização das condições de trabalho e aumento de desemprego, aprovando (contra) reformas como a trabalhista e da previdência social, destruindo programas sociais como o de habitação popular (Programa Minha Casa e Minha Vida), que nega direitos conquistados e agudiza as desigualdades sociais e injustiças.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em 20 jan. 2022.
- CECEÑA, Ana Esther. **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: BADALONI, Nicolas [et al.]. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DAGNINO, Evelina. **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do Engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1990.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 17 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011b.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Caderno 12 (1932). 7ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.
- HARVEY, David. A Teoria da Renda. In: HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.
- MARCON, Telmo. Os movimentos sociais como educadores: contribuições teóricas e políticas. **Revista Educação**, Santa Maria, RS, v. 37, nº 3, p.495-508, set/ dez., 2012.
- MÉSZARÓS, István. **Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Desenvolvimento e degradação no espaço urbano de Fortaleza**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de Uso**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

STRECK, Danilo R. A Educação Popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/agosto, 2006, p. 272-284.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VIANA, Virginia Márcia Assunção. **Pedagogia da ocupação: formação nas lutas e resistências da Comuna 17 de Abril em Fortaleza**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2018.

ZIBECHI, Raúl. A emancipação como produção de vínculos. In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.